

PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E QUALIDADE DE VIDA EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Luciana Aparecida Ramos Martins ¹, Toshio Nishijima ²

¹ Especialista em Educação Ambiental

² Professor do Curso de Especialização em Educação Ambiental da UFSM

RESUMO

Este estudo teve como objetivo conhecer a realidade da comunidade quilombola, verificando seus êxitos e suas necessidades, buscando a sensibilização da comunidade quanto à importância da preservação ambiental, bem como sua correlação com a saúde e a qualidade de vida dos moradores do Passo do Maia, localizada no município de Formigueiro, região central do Rio Grande do Sul. A primeira etapa partiu da análise e interpretação de diferentes abordagens sobre o tema encontrado em referências bibliográficas, tanto em relação à formação histórica das comunidades quilombolas, quanto em obras específicas sobre meio ambiente, preservação ambiental e destinação adequada do lixo doméstico. A segunda etapa, fundamentou-se em informações colhidas a partir das entrevistas e questionários aplicados aos moradores da comunidade quilombola Passo do Maia. Entre os principais problemas de degradação ambiental na comunidade, destaca-se a poluição de águas e solos em função da destinação inadequada dos resíduos domésticos, que muitas vezes são depositados no entorno. É possível melhorar o entorno a partir de práticas adequadas em relação ao lixo doméstico produzido na comunidade, tais como, separação dos resíduos, sendo que os orgânicos podem ou devem ser enterrados a fim de serem utilizados como adubo orgânico nas hortas existentes na localidade. A sensibilização dos moradores da comunidade quanto à questão da preservação ambiental é possível, visto que demonstram boa vontade em adotar novos hábitos ambientalmente mais saudáveis, com a utilização de práticas pedagógicas de educação ambiental.

Palavras-chave: educação ambiental; comunidade quilombola; lixo; água.

ABSTRACT

This study aimed to understand the reality of the “quilombola” community, evaluating their successes and their needs, looking for community awareness regarding the importance of environmental preservation, as well as its correlation with the health and quality of life for residents of the Passo do Maia, located in Formigueiro city, in the central region of Rio Grande do Sul state, Brazil. The first step came from analysis and interpretation of different approaches to the topic found in references, both in relation to the historical formation of “quilombola” communities, and in specific works on the environment, environmental preservation and proper disposal of household waste. The second stage was based on information gathered from interviews and questionnaires administered to community residents. Among the main problems of environmental degradation in the community, there is the pollution of waters and soils due to the

improper disposal of domestic waste, which are often deposited in the environment. You can improve the surroundings, based on appropriate practices in relation to household waste produced in the community, such as separating waste, and organics can or should be buried in order to be used as organic fertilizer in their gardens in the existing location. Awareness among community residents on the issue of environmental preservation is possible, as demonstrated willingness to adopt new habits more environmentally healthy, with the use of pedagogical practices of environmental education.

Key words: environmental education; community; garbage; water.

INTRODUÇÃO

Na região central do Estado do Rio Grande do Sul, há diversas comunidades compostas por populações afro descendentes, remanescentes de quilombos que apresentam acentuado nível de pobreza. De um modo geral, a vida desses moradores está voltada para a agricultura de subsistência como forma de garantir a sobrevivência da família.

O presente trabalho tem como objetivo geral aprofundar o conhecimento a respeito da realidade da comunidade quilombola Passo do Maia, localizada no município de Formigueiro, região central do Rio Grande do Sul seus êxitos e suas necessidades, a fim de se implementar ações de educação ambiental com vistas a preservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida dos moradores. Sendo que os objetivos específicos são:

- Identificar a existência dos problemas de degradação ambiental na Comunidade quilombola Passo do Maia;
- Sensibilizar a comunidade da importância da preservação ambiental através de ações de educação ambiental;
- Discutir os conceitos de meio ambiente e degradação ambiental com os moradores da comunidade, bem como sua correlação com a saúde e qualidade de vida;
- Propor medidas que possibilitem diminuir a incidência de doenças relacionadas ao contato direto e regular com o lixo que fica espalhado no ambiente da comunidade quilombola.

Escravidão Negra no Brasil

O escravismo foi um modo de produção, com repercussão nas relações sociais estabelecidas, adotado no Brasil a partir do período colonial, o chamado “descobrimento” ocorrido em 22 de abril de 1500, até o final do período imperial, sua extinção oficial ocorreu em 13 de maio de 1888, com a assinatura da Lei Áurea.

Foi no Brasil que a escravidão colonial alcançou o seu mais alto nível de desenvolvimento. Na América, fomos uma das primeiras nações a conhecer o escravismo e a última a abolí-lo. Dois terços de nosso passado transcorreram sob o marco da instituição negreira. O Brasil foi a nação americana que importou o maior número de africanos escravizados. Nossa economia escravista produziu a mais rica gama de mercadorias coloniais com a mão-de-obra servil: pau-brasil, açúcar, arroz, café, ouro, fumo, charque, etc. Praticamente não houve região do território nacional que não tenha sido tocada pela escravidão. Os

negros feitorizados foram empregados em infindáveis tarefas e trabalhos, urbanos e rurais. (MAESTRI, 1993, p. 19)

Os escravos negros foram utilizados nas mais diversas atividades e regiões deste país, porém, com destaque para as atividades agrícolas, entre elas, a açucareira e a atividade mineradora ocorrida na região das “Gerais”, atuais estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, a partir do século XVIII. Desta forma, os trabalhadores negros escravizados eram indispensáveis à manutenção da economia senhorial.

O negro era o principal pilar nos mais variados aspectos da vida econômica do Brasil colonial - produção açucareira, mineração, atividades urbanas, etc. (MAESTRI, 1993, p. 28)

Os negros africanos eram trazidos para o Brasil pelos portugueses que os capturavam ou compravam os negros vencidos das tribos vencedoras, no continente africano, a fim de servirem como mão-de-obra escrava nos engenhos de açúcar do nordeste do Brasil, única forma da monocultura açucareira apresentar lucros consideráveis, visto que demandava grande quantidade de mão-de-obra, o que encarecia o processo produtivo. Desta forma, temos que:

A produção de açúcar exigia duras, longas e ininterruptas jornadas de trabalho. Era necessário encontrar braços abundantes e baratos para os engenhos, roças e plantações; porém, a contratação do braço assalariado era impossível. (MAESTRI, 1997, p. 55).

Os negros não aceitaram passivamente nem a escravidão e nem a desgastante rotina de trabalho existente nos engenhos. Os escravos elaboraram meios de resistir contra o seu opressor imediato, isto é, o senhor. “Entre as formas singulares de resistência servil à escravidão destacam-se o desamor ao trabalho, o suicídio, o justicamento e a fuga.” (MAESTRI, 1993, p. 57)

A fuga, entretanto, foi a mais significativa forma de resistência e rebeldia. Não pela fuga em si, mas pelas suas consequências: os fugitivos se reuniam e organizavam-se em núcleos fortificados no sertão, desafiando as autoridades coloniais. Esses núcleos eram formados por pequenas unidades, os mocambos, que no conjunto, formavam os quilombos. Segundo Maestri: “As comunidades de escravos fugidos desempenharam um papel muito importante em nosso passado. Constituíram significativa forma de luta social sob a escravidão” (MAESTRI, 1993, p. 68). Os moradores dos quilombos eram conhecidos como quilombolas. Eles se dedicavam ao trabalho agrícola e chegavam a estabelecer relações comerciais com os povoados vizinhos.

O quilombo- comunidade de escravos fugidos estabelecidos em um ermo qualquer- foi a mais segura maneira de um negro libertar-se da escravidão. Sob diversos nomes, temos registros de comunidades como estas em quase todas as regiões que conheceram a escravidão colonial. (MAESTRI, 1993, p. 66)

A sociedade brasileira atual traz as marcas do escravismo, quer seja, através do preconceito e da exclusão social, pois apesar do discurso de nação multi-étnica, o Brasil expressa seus preconceitos de forma dolorosa e variada, geralmente os chamados afro-brasileiros moram nas periferias das cidades, nos morros e favelas, quando não engrossam as fileiras dos desempregados, possuem subempregos mal remunerados, freqüentemente não conseguem concluir a educação básica, o que, apenas consolida sua posição de excluído e marginalizado, em

uma sociedade com excedente de mão-de-obra, que cada vez mais exige uma maior qualificação e formação profissional.

Sustentabilidade e Educação Ambiental

As sociedades contemporâneas vivenciam cotidianamente a degradação do meio ambiente e do seu ecossistema, numa busca desenfreada e, muitas vezes inconseqüente de suprir suas necessidades e satisfazer seus desejos de consumo.

Os reflexos ambientais provenientes da nossa forma de apropriação da natureza talvez seja o grande freio natural que vai estabelecer o limite às ações humanas. Nas últimas décadas acumularam-se evidências de que o desenvolvimento econômico alcançado por alguns e perseguido por muitos países está causando efeitos trágicos sobre o meio ambiente e a grandes parcelas da população humana. A intensificação das atividades econômicas associadas ao explosivo crescimento populacional, notadamente após a Segunda Guerra Mundial, tem colocado em cheque o modelo de desenvolvimento vigente. Nunca a pressão sobre os recursos naturais foi tão intensa em toda a história planetária. (TORRES, 2003, P. 144)

Dessa forma, é pungente a necessidade de uma educação ambiental provida de sentidos e, articulada entre diversos setores e diversos atores, que perpassa a educação formal e não formal, de forma conjunta e interdisciplinar. Oportunizando sempre a formação, a capacitação de novos profissionais, capazes de atuar de forma cooperativa, disseminando conhecimentos e significação, referentes à preservação ambiental, contemplando as inter-relações do meio natural com o social. É através da busca do desenvolvimento sustentável que será possível garantir mudanças sociopolíticas, que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais que mantêm as comunidades.

A educação ambiental é uma ferramenta indispensável de transformação social, na qual a co-responsabilização dos indivíduos é um objetivo essencial a fim de promover um novo tipo de desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável, que por sua vez é condição básica para uma gradativa melhoria na qualidade de vida, o quê requer uma prática social centrada no conceito de natureza, pois o impacto das ações humanas sobre o meio ambiente tem apresentado conseqüências cada vez mais complexas tanto em termos quantitativos, quanto qualitativos. Ou seja, é necessário harmonizar os processos ambientais com os socioeconômicos, visto a complexidade do processo de transformação das sociedades contemporâneas, cada vez mais afetadas por riscos e agravos socioambientais. “inverter a tendência auto destrutiva dos processos de desenvolvimento no seu abuso contra a natureza.” (JACOBI, 1997, apud JACOBI, 2003, p.193)

O conceito de desenvolvimento deve priorizar a superação dos déficits sociais, das necessidades básicas e da alteração dos padrões de consumo, identificando e reconhecendo as limitações ecológicas, a fim de interromper o padrão predatório de desenvolvimento, a fim de viabilizar a concretização de uma sociedade sustentável, o quê, tem sido dificultado devido a uma restrita consciência da sociedade, a respeito das conseqüências do modelo de desenvolvimento atual, o predatório, logo, insustentável, que desconsidera a limitação dos recursos naturais, sobretudo os agrícolas, energéticos, bióticos, minerais, ar e água. (JACOBI, 2003, p.195).

Ética e Educação Ambiental

A ética é o elemento que norteia o comportamento humano, “Toda opção a ser feita envolve uma escolha e esta é orientada por valores. Toda ação é uma opção. Optar significa escolher na pluralidade das possibilidades” (TORRES, 2003, P. 583).

É imprescindível ter-se clareza do tipo de ética que norteia a educação ambiental, a fim de que ela possa atingir seu objetivo maior, a formação de seres pensantes, críticos, autônomos, com capacidade de empreender uma visão holística, capazes de identificar as teias de relações e interdependências, com vistas à preservação e manutenção do planeta, não apenas para a geração atual, mas em especial para as vindouras. “Educar significa crescer, proporcionar condições para pensar, criticar, ensinar, aprender, avaliar, etc.” (TORRES, 2003, p. 590).

A qualidade na educação da cidadania, sob o prisma humanista, não poderá perfazer-se sem a consciência do ethos humano, ambiental e mundial, palavras chave para a sobrevivência e perpetuação sadia do ecossistema planetário. Para alcançar um mundo de características éticas essenciais, aplica-se também um dado da visão holística: as partes compõem o todo, mas o todo está compreendido nas partes. O mundo que almejamos deverá ser procurado, não na sua globalidade, mas nas teias que o formam. (COIMBRA, 2002, p. 50 apud TORRES, 2003, 591).

Educação Ambiental e Comunidade Quilombola

Entre os problemas que preocupam as diversas sociedades planetárias, destaca-se a questão da educação. Que tipo de educação temos, que tipo de educação precisamos a fim de instrumentalizar os sujeitos a fim de serem capazes de lidar de forma autônoma e eficiente com as diversas demandas da sociedade contemporânea?

A Educação Ambiental traz em seu bojo, de forma intrínseca e explícita, o desejo de transformação, assim sendo, é imprescindível que os sujeitos compreendam e percebam o mundo, a fim de que sejam capazes de se perceberem, de se situarem enquanto sujeitos históricos, frutos de um processo. Nesta perspectiva, a escola, a educação, formal ou não, se fundamenta enquanto elemento de resistência e de luta para essa transformação. Desta forma possibilita-se que os sujeitos envolvidos no processo educacional possam chegar a uma aprendizagem significativa, valorizando os saberes diferenciados.

Nesta perspectiva, a educação ambiental assume um caráter essencialmente Político, de contestação dos ideais de uma sociedade pautada no consumismo, no modelo predatório dos recursos naturais. Priorizando o cuidado ambiental, a preservação de espécies, de ecossistemas e de ambientes naturais, mas ainda, e talvez, sobretudo, com forte comprometimento com a dimensão cultural e de inclusão nas questões sociais. Assim sendo, a educação ambiental se consagra enquanto um processo libertador, especialmente em uma comunidade quilombola, implementando um modelo educacional próprio, valorizando e resgatando sua própria história e identidade, com enfoque especial às questões ambientais, educativas e culturais.

A educação efetuada em comunidades quilombolas deve considerar a diversidade étnico racial e regional do país, levando em conta que a população negra apresenta índices de escolaridade e alfabetização inferiores à população branca.

A escolaridade média de um jovem negro com 25 anos de idade gira em torno de 6,1 anos de estudo; um jovem branco da mesma idade tem cerca de 8,4 anos de estudo. O diferencial de 2,3 anos de estudos entre jovens brancos e negros de 25 anos de idade é a mesma observada entre os pais desses jovens. E, de forma assustadoramente natural, 2,3 anos é a diferença entre os avós desses jovens. Além de elevado o padrão de discriminação racial expresso pelo diferencial na escolaridade entre brancos e negros, mantém-se perversamente estável entre as gerações (HENRIQUES, 2001, p. 26).

Essa diferença no acesso e permanência na escola tem contribuído para que a população negra se mantenha em desvantagem nos diferentes aspectos de suas vidas, quer seja no mercado de trabalho ou nos demais direitos básicos, como, saúde, habitação, saneamento, segurança, alimentação, lazer, etc. Desta forma, não é mais possível negar que o sistema educacional brasileiro é excludente.

Munanga (2000), ao analisar o preconceito racial no sistema educativo brasileiro e seu impacto no processo de aprendizado do alunado negro, afirma que

Apesar da generalidade da exclusão de todos os alunos pobres, independente de sexo, cor, religião, idade, etc., os resultados de todas as pesquisas sérias realizadas no país mostram que, mesmo nas escolas mais periféricas e marginalizadas dos sistema da rede pública, onde todos os alunos são pobres, quem leva o pior em termos de insucesso, fracasso, repetência, abandono e evasão escolares é o aluno de ascendência negra, isto é, os alunos negros e mestiços. O que logicamente leva a crer que a pobreza e a classe social não constituem as únicas explicações do insucesso escolar do aluno negro e a buscar outras fontes de explicação (MUNANGA, 2000, p 235-236).

É necessário que o processo educativo seja capaz de conferir sentido aos conteúdos, à aprendizagem, ao conhecimento, a fim de que os educandos possam manter-se dentro de suas comunidades, valorizando suas origens históricas e culturais, para que desta forma viabilize-se a construção de uma sociedade mais justa, fraterna e plural.

METODOLOGIA

O presente estudo caracterizou-se por uma pesquisa descritiva exploratória com abordagem qualitativa.

A pesquisa inicial realizou-se partindo da análise e interpretação de diferentes abordagens sobre o tema encontrado em referências bibliográficas, tanto em relação à formação histórica das comunidades quilombolas, quanto em obras específicas sobre meio ambiente, preservação ambiental e destinação adequada do lixo doméstico. Na segunda etapa, este estudo fundamentou-se em informações colhidas a partir de uma pesquisa exploratória, efetuada através de entrevistas e questionários aplicados aos moradores da comunidade quilombola Passo do Maia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Número de pessoas residentes em cada Domicílio

As quatorze famílias entrevistadas perfazem um total de cinquenta e cinco pessoas, com a

média de aproximadamente 4 pessoas por residência, sendo que segundo os entrevistados, muitos dos jovens da comunidade emigraram para outras localidades em busca de trabalho e renda, visto que a oferta de trabalho na região é bastante limitada. A Comunidade Quilombola do Passo do Maia chegou a ter 27 famílias residentes, atualmente, são apenas 18.

Segundo as informações dos moradores, bem como dos alunos da Escola Municipal Acácio Antônio Vieira, que não raro, abandonam a escola em função da necessidade de trabalharem, a grande maioria da população jovem desta comunidade que se desloca em busca de trabalho, encontra-o em atividades rurais, onde recebem um determinado valor fixo por dia de trabalho, ou segundo a produção efetuada, dependendo da cultura desenvolvida, como é o caso das lavouras de fumo, ou da colheita de maçã, na região de Pelotas, sem estabelecer vínculo empregatício, logo, sem nenhum amparo em caso de doença ou impossibilidade de trabalhar, até mesmo em função de algum acidente de trabalho.

Considerando a comunidade estudada, a dificuldade em se colocar no mercado de trabalho, ou ainda, em conseguir um trabalho bem remunerado e com certas garantias trabalhistas, está diretamente relacionado aos baixos índices de escolaridade desses jovens, pois a grande maioria deles não concluiu o ensino fundamental. Outro fator dificultador em se colocar no mercado de trabalho, é a falta de experiências em atividades que requeiram um aperfeiçoamento técnico, uma maior qualificação profissional.

Moradores Economicamente Ativos e Renda Familiar

Das cinqüenta e cinco pessoas que residem na comunidade, apenas dezessete pessoas exercem atividades remuneradas. Sendo que dentre estas, a maioria atua no mercado informal, quando há a necessidade destas atividades, prestando serviços como pedreiro, servente de pedreiro, faxineira, vendedores ambulantes, entre outros. Em função disto, a renda familiar média é bastante baixa.

Das dezessete pessoas da comunidade, que exercem atividades remuneradas, apenas quatro delas possuem vínculo trabalhista, carteira de trabalho assinada e possuem seus direitos trabalhistas assegurados por lei.

Este fato, além de ocasionar uma renda familiar bastante baixa, gera instabilidade econômica com repercussão social, emocional e psicológica para as famílias, que falam sobre as dificuldades de sobrevivência que afetam suas relações sociais e afetivas.

O racismo no Brasil se apresenta como um dos grandes desafios a serem superados pela população negra, já que esta condição, acrescida da distribuição injusta da riqueza e dos inúmeros benefícios gerados pela política econômica à classe dominante, notadamente "branca", relegam a grande maioria negra a condições extremamente precárias de sobrevivência. (TOMÉ, 2004, p. 02)

Das quatorze famílias entrevistadas, apenas duas delas possuem uma renda familiar de três salários mínimos, uma família tem renda de dois salários mínimos, oito famílias possuem apenas um salário mínimo e três famílias sobrevivem com uma renda inferior a um salário mínimo. Verificou-se uma média salarial de 1,14 salários mínimo por família.

Os dados referentes à renda familiar dos moradores da Comunidade Quilombola Passo do Maia comprovam que parte significativa da comunidade afro-descendente, está entre a parcela mais pobre da população brasileira.

[...] as escassas avaliações realizadas recentemente tem cumprido um papel relevante para o entendimento da realidade nacional, pois, quando associadas a outras investigações que fogem a visão tradicional e homogênea do trabalhador, apontam quem são os desiguais, entre os quais, não raro, a maioria é afro-descendente [...] (DIEESE, 2001, p.127).

Famílias Beneficiadas Por Programas Sociais

Apesar da média de renda familiar ser bastante baixa, das quatorze famílias entrevistadas, apenas seis delas são beneficiadas por programas sociais, destas, todas pelo bolsa família. Algumas famílias já encaminharam a solicitação do benefício e estão aguardando. Questionadas sobre o motivo de não usufruírem do benefício, visto que se enquadram nos requisitos de baixa renda, a totalidade dos entrevistados respondeu que encaminham os papéis e não obtém retorno, ou seja, a burocracia do sistema, problema cuja solução torna-se ainda mais difícil pelo fato destas pessoas serem pouco esclarecidas acerca das medidas a serem tomadas a fim de obterem os benefícios.

Quase 70% dos domicílios que recebem Bolsa Família são chefiados por negros, afirma pesquisa lançada nesta terça-feira (16) pela SPM (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres), Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e Unifem (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher). O levantamento foi realizado com dados de 1996 a 2007. (RIZZOLOT, 2008)

Estes dados confirmam que a presença negra é preponderante entre os grupos mais pobres e excluídos do país, ocupando as posições mais precárias do mercado de trabalho e possuindo os menores índices de educação formal.

Negros estão ainda em maior proporção abaixo da linha da pobreza, 41,7% contra 20% da população branca. Três vezes mais negros recebem menos de ¼ de salário mínimo, o que representa 9,5 milhões de indigentes negros a mais do que de brancos.(RIZZOLO, 2008).

Escolaridade dos chefes das famílias

Dentre as quatorze famílias entrevistadas, doze chefes de famílias, possuem o ensino fundamental incompleto (E.F.I.), um deles é analfabeto e apenas um deles possui o ensino médio incompleto (E.M.I.).

Questionados a respeito dos motivos pelos quais não prosseguiram os estudos, a resposta mais freqüente foi a necessidade de trabalhar ainda bastante jovens, a fim de auxiliar no sustento da família, entretanto, salientam a importância do estudo a fim de obter melhores condições de trabalho e renda, destacam ainda que orientam e motivam os filhos neste sentido.

Estes dados comprovam os resultados de diversas pesquisas efetuadas quanto aos índices de escolaridade no país.

A pesquisa mostra que brancos têm, em média, 2,1 anos de estudo a mais do que negros e pardos, quando se analisa a população ocupada, e 1,5 ano de estudo a mais entre os desempregados. Entre os ocupados, a média de escolaridade é de 9,8 anos de estudo para brancos e de 7,7 para negros e pardos. Quando se analisa esse mesmo dado na população

desempregada, brancos aparecem com 9,5 anos de estudo, enquanto negros e pardos têm, em média, 8 anos de estudo. A comparação pode ser feita também analisando toda a população em idade ativa (com dez anos ou mais de idade). Entre os brancos, 42,9% possuíam ao menos um diploma de ensino médio completo. Entre os negros, essa proporção caía para 24,9%. (IBGE, 2004, p. 01)

Importância da preservação ambiental

Questionados acerca da importância da preservação ambiental, todos os quatorze representantes das famílias disseram ser importante sim, a preservação do meio ambiente. Verificou-se, portanto, que apesar do baixo nível de escolaridade, apesar da baixa média de renda, o que limita o acesso ao conhecimento e a informação, os quilombolas possuem uma boa noção de meio ambiente, bem como da importância de sua preservação, assim como da relação entre este e a saúde das pessoas.

Considera-se que isto se deve em parte a freqüente presença e trabalhos da agente da pastoral da criança, da funcionária da EMATER, que realiza visitas e trabalhos mensais na comunidade, da atuação da assistente social que desenvolve projetos na localidade, bem como, das informações e conhecimentos produzidos pelos alunos no ambiente escolar. Constatou-se que a escola trabalha cotidianamente este tema, além de desenvolver projetos como horta, coleta e reciclagem de lixo, limpeza do pátio, construção e manutenção de jardins e plantio de mudas de árvores.

Coleta De Lixo e Degradação Ambiental Na Comunidade

Questionados a cerca da existência de problemas ambientais na comunidade, apenas quatro pessoas disseram não haver problemas desta ordem. Entre as dez pessoas que reconhecem a existência de problemas de degradação ambiental na localidade, citaram a questão do lixo que muitas vezes é atirado no entorno, a poluição de um açude e de uma vertente de água existentes na localidade.

A orientação do poder público municipal é para que a coleta do lixo ocorra em intervalos de quinze dias, entretanto, ocorre em média, a cada vinte dias, não sendo uma coleta seletiva. Muitos dos moradores disseram ainda, que costumavam separar o lixo, destinando cada categoria (papel, plástico, latas, etc) em um saco plástico diferente, entretanto, esse material era todo misturado no caminhão no momento da coleta, desta forma, deixaram de realizar a coleta seletiva dos resíduos.

Questionados a respeito da destinação dada ao lixo orgânico, nove pessoas disseram colocá-lo na horta, quatro pessoas enterram a fim de servir de adubo, e uma pessoa disse deixar junto com os demais resíduos sólidos a fim de ser levado pelo caminhão da coleta.

De maneira geral, as respostas fornecidas pelos moradores aos questionamentos, demonstram certo conhecimento acerca das questões ambientais, bem como das práticas ambientalmente adequadas e sustentáveis. Uma evidência disso foi que quando questionados quanto à importância da coleta seletiva dos resíduos sólidos, 13 dos entrevistados disseram ser importante sim e, apenas 1 deles não reconheceu a importância da separação dos resíduos.

Questionados sobre haver alguma família na comunidade obtendo renda através da venda de material reciclado, a resposta foi unânime. Os 14 entrevistados disseram que não.

Degradação Ambiental e Doenças Infantis na Comunidade

Quanto a incidências de doenças infantis entre as crianças da comunidade, 13 entrevistados dizem ocorrer de forma esporádica, apenas 1 deles afirma ser relativamente freqüente os casos de doenças entre as crianças. Verificou-se que as doenças que acometem as crianças da comunidade com maior freqüência, geralmente são gripes, resfriados, febre, tosse, verminoses e diarréias. Os moradores entrevistados atribuem essas doenças ao clima e a umidade, visto que em zona rural as crianças andam mais soltas no ambiente.

Questionados a respeito das causas das doenças infantis presentes na comunidade, se há ou não, relação com problemas ambientais, tais como o contato com o lixo ou com águas contaminadas, problemas esses que foram apontados pelos moradores da comunidade, 9 dos 14 entrevistados disseram não haver nenhuma relação, quatro deles atribuem sim a incidência destas doenças ao contato com lixo, água e solos contaminados e um dos entrevistados não soube responder.

CONCLUSÃO

A Comunidade Quilombola Passo do Maia, localizada no Fundo do Formigueiro, zona rural do município de Formigueiro é composta por 18 famílias. O número médio de habitantes nesta comunidade vem sendo gradativamente reduzido, especialmente em função da migração dos jovens em busca de trabalho e renda. A média de renda familiar é bastante baixa, pois a maioria dos moradores economicamente ativos desenvolve atividades informais, o que afeta diversos âmbitos da vida destas pessoas, tais como social e cultural. O grau de escolaridade dos chefes destas famílias, em sua grande maioria se limita ao ensino fundamental incompleto, tendo ainda alguns analfabetos.

Foi constatada a existência de alguns problemas de degradação ambiental na Comunidade quilombola Passo do Maia, entre eles, destaca-se a poluição de águas e solos em função da destinação inadequada dos resíduos domésticos, que muitas vezes são depositados no entorno. Apesar da coleta de lixo ser mais esporádica do que o ideal, ocorrendo a cada 20 dias, é possível melhorar o entorno a partir de práticas adequadas em relação ao lixo doméstico produzido na comunidade, tais como, separação dos resíduos, sendo que os orgânicos podem ou devem ser enterrados a fim de serem utilizados como adubo orgânico nas hortas existentes na localidade. A adoção destas medidas adequadas para a destinação do lixo doméstico resultará na melhoria do entorno e, por conseguinte, na qualidade de vida e saúde dos moradores, pois possibilitará uma redução na incidência de doenças relacionadas ao contato regular com o lixo que fica espalhado no entorno, poluindo águas e solos, especialmente no que tange ao público infantil, tais como verminoses e diarréias.

A sensibilização dos moradores, quanto à questão da preservação ambiental é possível, visto que demonstram boa vontade em adotar novos hábitos ambientalmente mais saudáveis, mostram-se abertos a novas práticas. Neste contexto, as crianças e adolescentes que freqüentam a escola são importantes agentes transmissores, multiplicadores, de novas idéias e práticas, pois trazem para as famílias estes novos conceitos aprendidos, discutidos e desenvolvidos no ambiente escolar, sobretudo, através de projetos interdisciplinares. Outra influência positiva que a

comunidade recebe, é a atuação da extensionista de bem estar social da EMATER / RS ASCAR, de uma representante da Pastoral da Criança, que atua junto à comunidade, e ainda da assistente social do município. Essas profissionais trazem para a comunidade, noções acerca de preservação ambiental, com destaque para a questão da limpeza do entorno, da destinação adequada dos lixos domésticos e da preservação das fontes de água existentes na localidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Política da Educação Fundamental. Coordenação Geral de Educação Ambiental. **Ciclo de Palestras Sobre Meio Ambiente**. Brasília: MEC; SEF, 2001.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômico. **A Situação Do Trabalho No Brasil**. São Paulo, 2001

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil**: evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

IBGE. **Desigualdade**. Rio de Janeiro, 05 de junho de 2004. Disponível em <file:///IBGE.htm>. Acesso em 18 de setembro de 2009.

JACOBI, Pedro. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa no.118, São Paulo: Autores associados, 2003.

MAESTRI, Mário. **O Escravo Gaúcho**: Resistência e Trabalho. POA. UFRGS,1993.

_____. **Uma História do Brasil Colônia**. São Paulo: Contexto,1997.

MUNANGA, Kabengele. **Preconceito Racial no Sistema Educativo Brasileiro e Seu Impacto no Processo de Aprendizagem do “Alunado Negro”**. In: AZEVEDO, Clóvis, GENTILI, Pablo, KRUG, Andréa e SIMON, Cátia. Utopia e Democracia na Educação Cidadã. Porto Alegre: Ed. UFRGS / Secretaria Municipal de Educação, 2000.

RIZZOLO, Fernando. **Negros são Maioria dos que Recebem Bolsa Família**. Blog do Rizzolo, São Paulo, 16 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://rizzolot.wordpress.com/negros-sao-maioria-dos-que-recebem-bolsa-familia-diz-pesquisa/>. Acesso em 20 de setembro de 2009.

TOMÉ, Gersa de Fátima. **Racismo**: O negro e as condições de sua inserção no mercado de trabalho brasileiro no final da década de 90. Revista Urutagua, Departamento de Ciências Sociais Universidade Estadual de Maringá (UEM), 2004.

TORRES, Patrícia Lupion. (org.) **Uma Leitura Para os Temas Transversais**. Curitiba: SENAR-PR, 2003.